



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

12/07/2018 ATÉ 12/07/2018

INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE ATOS E FATOS.....	1
2	CASO DÉCIO SÁ	
	2.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	2
	2.2 PORTAL DO MUNIM.....	3
	2.3 SITE G1 MARANHÃO.....	4
	2.4 SITE O ITAQUI.....	5
3	DECISÕES	
	3.1 INTERNET - OUTROS.....	6
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 SITE DEFESA DA ILHA.....	7
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG DANIEL MATOS.....	8
	5.2 BLOG DO MINARD.....	9
	5.3 BLOG MARCELO VIEIRA.....	10
	5.4 BLOG PAULO ROBERTO.....	11
6	SINDJUS	
	6.1 SITE SINDJUS.....	12
7	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	7.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	13

Deficiência do Núcleo de Monitoramento de Egressos do Sistema Penitenciário compromete a Segurança Pública

Termo de Compromisso entre o Governo do Estado e o Conselho Nacional de Justiça possibilitou o incremento de ações do Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral de todo o Sistema Carcerário do Maranhão. Dentre os egressos que devem ter acompanhamento e fiscalização estão os presos em regime aberto domiciliar, do livramento condicional e do semiaberto beneficiados pelo trabalho deveriam merecer uma atenção maior por parte do Núcleo de Monitoramento e uma fiscalização bem acentuada da Unidade Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O Sistema de Segurança Pública do Estado constantemente é chamado para intervir em atos criminais praticados por elementos egressos do Sistema Carcerário e que simplesmente não são devidamente acompanhados pelo Núcleo de Monitoramento de Egressos em Geral do Sistema Carcerário, que por sua vez não deve estar em sintonia com a Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Pelo que se sabe, o Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral do Sistema Carcerário do Maranhão, atualmente existe apenas no nome, mas que na realidade não funciona com deveria e que a quase um ano não realiza qualquer reunião, resultando daí em mais problemas para o Serviço de Segurança Pública, que constantemente prende inúmeros deles, uma vez que se fala que seriam mais de mil o número de egressos.

A verdade é que o Sistema Penitenciário do Maranhão vive de maquiagem e do sofisma da ressocialização. Recentemente a Defensoria Pública denunciou a superlotação e condições insalubres na Unidade Prisional de Ressocialização de Carolina e logo em seguida a juíza da Comarca de Bequimão proibiu a custódia de presos na Unidade Prisional de Peri Mirim, por superlotação e condições insalubres. O que se pode observar, e que tem prosperado e com benefícios invejáveis no Sistema Penitenciário do Maranhão é o crescimento da República Mineira, ocupando espaços na administração penitenciária com muitos privilégios. É bom lembrar que o estado de Minas Gerais está dentro do contexto nacional de conflitos em unidades prisionais.

É bom ressaltar que o Termo de Compromisso assumido pelo Governo do Estado com o Conselho Nacional de Justiça para a ampliação do funcionamento do Núcleo de Egressos em Geral junto ao Sistema Penitenciário, está altamente deficiente e oportuniza o aumento da violência em todo o Estado do Maranhão.

Judiciário registra avanços na gestão do desembargador Joaquim Figueiredo

Em seis meses no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Joaquim Figueiredo promoveu importantes ações institucionais para a modernização dos serviços prestados à sociedade pelo Poder Judiciário.

Entre as ações implementadas no período destacam-se a conclusão do cadastro do Banco de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0); assinatura de convênio com a Universidade de Girona, da Espanha, para realização de curso de Mestrado em Garantismo e Processo Penal; cumprimento do cronograma de expansão do Processo Judicial eletrônico (PJe); e investimentos importantes na área de segurança institucional.

Incluem-se também entre as atividades desenvolvidas o incentivo às ações do Plano de Logística Sustentável (PLS), como ferramenta de gestão para o aperfeiçoamento contínuo dos gastos, uso sustentável de recursos naturais e bens públicos; o mapeamento de competências das unidades funcionais representativas da Justiça de 1º 2º Grau; o apoio ao trabalho desenvolvido pelos órgãos que desenvolvem atividades de cunho institucional, como a Casa da Criança, Cemulher, Unidade de Monitoramento Carcerário; além da dinamização da Ouvidoria e do Núcleo de Solução de Conflitos.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O engajamento do Poder Judiciário no sentido de garantir mais eficiência na entrega da prestação jurisdicional está sendo pleno na gestão do desembargador Joaquim Figueiredo. O objetivo é fazer com que os conflitos de interesses submetidos à apreciação encontrem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça, cumprindo-se o princípio da igualdade perante a lei.

“O prestígio da Justiça, o apreço, a estima e a confiança que para ela se pretende depende, antes de tudo, do esforço e dedicação dos membros do Poder Judiciário. É na gestão de processos efetivamente justos que a Justiça funciona como instrumento de ampliação dos espaços de democracia real”, assinala Joaquim Figueiredo.

TECNOLOGIA

O Tribunal de Justiça vem cumprindo rigorosamente o cronograma de expansão do Processo Judicial eletrônico (PJe) no âmbito do Judiciário maranhense, maximizando os benefícios do uso da tecnologia digital e contribuindo para a racionalização dos recursos orçamentários do Poder Judiciário do Maranhão.

Desde o dia 1º de janeiro deste ano, as fases de liquidação ou cumprimento (provisório ou definitivo) de sentenças proferidas em processos de competência originária do Tribunal de Justiça do Maranhão - autuados em suporte físico - estão sendo processadas, exclusivamente, por via eletrônica, através do sistema PJe.

No final de maio, foi implantada a versão 2.0 do sistema, que traz diversas melhorias na interface, além de correções e otimizações. Agora, os usuários concluem suas pesquisas em tempo reduzido, sem a necessidade de tantos cliques para a exibição de conteúdos, o que torna mais prática ainda a publicação de decisões, petições e recursos.

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Várias ações institucionais implementadas pelo TJMA vêm garantindo um alto padrão de qualidade na área de segurança institucional do Poder Judiciário, incluindo-se, entre elas, o controle de acesso reforçado com a instalação de portais com detectores de metais, equipamentos de Raio X - utilizados para escanear bagagens e objetos para prevenir a entrada de objetos perfurocortantes e armas de fogo; cofres para armazenamento de armas em custódia (posteriormente destruídas), oriundas de processos das varas criminais; uso de coletes à prova de balas; e carros blindados para condução de magistrados ameaçados.

As ações incluem também serviço de vigilância 24 horas nas comarcas, com videomonitoramento eletrônico - sistema indispensável nas situações que representem riscos à integridade física de magistrados, servidores ou do patrimônio; cursos de segurança para magistrados, oficiais de justiça no cumprimento de mandados judiciais e servidores, além de treinamentos de militares à disposição do TJMA, com vistas a garantir a excelência profissional dos agentes de segurança que atuam na proteção de juízes, servidores e cidadãos que transitam nas unidades judiciais e administrativas da Justiça estadual.

Os investimentos feitos na área de segurança trouxeram para o segmento uma grande conquista e um novo paradigma, com a valorização de um serviço que se mostrou positivo no momento em que materializou-se com o retorno de ações aptas a responder aos objetivos institucionais de segurança na Justiça Estadual, com um conjunto de princípios e diretrizes que já trazem, na prática, resultados concretos.

Fonte: Tribunal de Justiça do Maranhão

Judiciário registra avanços na gestão do desembargador Joaquim Figueiredo

Publicado em 11 de julho de 2018 às 21:00

Desembargador José Joaquim, presidente do TJMA

Em seis meses no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Joaquim Figueiredo promoveu importantes ações institucionais para a modernização dos serviços prestados à sociedade pelo Poder Judiciário.

Entre as ações implementadas no período destacam-se a conclusão do cadastro do Banco de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0); assinatura de convênio com a Universidade de Girona, da Espanha, para realização de curso de Mestrado em Garantismo e Processo Penal; cumprimento do cronograma de expansão do Processo Judicial eletrônico (PJe); e investimentos importantes na área de segurança institucional.

Incluem-se também entre as atividades desenvolvidas o incentivo às ações do Plano de Logística Sustentável (PLS), como ferramenta de gestão para o aperfeiçoamento contínuo dos gastos, uso sustentável de recursos naturais e bens públicos; o mapeamento de competências das unidades funcionais representativas da Justiça de 1º 2º Grau; o apoio ao trabalho desenvolvido pelos órgãos que desenvolvem atividades de cunho institucional, como a Casa da Criança, Cemulher, Unidade de Monitoramento Carcerário; além da dinamização da Ouvidoria e do Núcleo de Solução de Conflitos.

Leia mais em TJMA

VÍDEO: Polícia Civil prende novamente Júnior Bolinha

Algemado, José Raimundo Sales Chaves, conhecido como "Júnior Bolinha", chegou por volta das seis horas da manhã na sede da Superintendência de Investigações Criminais.

Ele estava solto desde dezembro do ano passado quando segundo as investigações, começou a cobrar juros de uma dívida contraída pela vítima no ano de 2012.

O empréstimo aconteceu pouco antes da prisão de Júnior Bolinha pelo envolvimento no assassinato do jornalista Décio Sá.

Em junho deste ano, a nova vítima, um empresário do município de Olho d'Água das Cunhãs, foi ameaçada de morte e teve o carro roubado. A cobrança chegava a quase R\$ 100 mil.

Júnior Bolinha foi preso em cumprimento a um mandado de prisão preventiva. Ele estava em casa no bairro Araçagi, na capital São Luís e logo em seguida foi encaminhado para a sede da Seic.

Ele foi ouvido pelo departamento de combate a organizações criminosas e admitiu que esteve no município.

O carro do empresário ainda não foi localizado. E a polícia ainda está trabalhando para identificar os outros quatro homens envolvidos nos crimes de ameaça e extorsão.

Ainda segundo as investigações, o crime não tem ligação com o caso de Décio.

Aprovado projeto de Othelino Neto que concede medalha a desembargador e advogado

A Assembleia Legislativa aprovou os Projetos de Resolução Legislativa 046/18 e 049/2018, de autoria do presidente da Casa, deputado Othelino Neto (PCdoB), que concedem a Medalha do Mérito Legislativo "Manuel Beckman" ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, e ao advogado e professor Fernando José Cunha Belfort, respectivamente.

"Resolvemos homenagear essas duas personalidades pela relevância do trabalho prestado ao Estado do Maranhão, ao longo de suas carreiras no meio jurídico. Por isso, é mais do que justo e merecido outorgar-lhes esta que é a mais alta honraria concedida pelo Poder Legislativo estadual", frisou o presidente Othelino Neto.

O desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos é natural de São João Batista (MA) e foi nomeado juiz de direito do Poder Judiciário do Maranhão em 1987, tendo atuado nas Comarcas de São Luiz Gonzaga do Maranhão, Viana e Caxias. No ano de 1997, foi promovido para o cargo de juiz auxiliar de São Luís, passando a atuar nos Juizados Especiais, Varas Cíveis e Criminais. Foi promovido para o cargo de juiz titular da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís em 2004.

De 2012 a 2013, José Jorge Figueiredo dos Anjos atuou como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, exercendo, em 2013, o cargo de Ouvidor daquela Corte Eleitoral. Em 2015, figurou pela terceira vez consecutiva na lista tríplice, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Em 13 de dezembro de 2017, foi aclamado desembargador do TJ/MA por já ter figurado por três vezes consecutivas na lista tríplice e ter sido eleito, por merecimento, desembargador substituto, em 2016.

O desembargador possui especialização em Ciências Criminais pela Universidade CEUMA-UNICEUMA e em Direito Constitucional pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB).

Professor Fernando Belfort

O advogado e professor Fernando José Cunha Belfort nasceu em São Luís e formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Maranhão, em 1970. Obteve os títulos de mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2002, e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2008.

Belfort ingressou na magistratura como juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA), em outubro de 1988, indicado pela OAB/MA. Foi o primeiro juiz a ocupar o cargo de presidente e corregedor do referido tribunal. É membro efetivo da Academia Nacional de Direito do Trabalho, da Academia Brasileira de Ciências Políticas, Econômicas e Sociais, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Academia Maranhense de Letras Jurídicas.

Aprovado projeto de Othelino Neto que concede medalha a desembargador e advogado

Publicado em julho 12, 2018 por Paulo Roberto

A Assembleia Legislativa aprovou os Projetos de Resolução Legislativa 046/18 e 049/2018, de autoria do presidente da Casa, deputado Othelino Neto (PCdoB), que concedem a Medalha do Mérito Legislativo “Manuel Beckman” ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, e ao advogado e professor Fernando José Cunha Belfort, respectivamente.

“Resolvemos homenagear essas duas personalidades pela relevância do trabalho prestado ao Estado do Maranhão, ao longo de suas carreiras no meio jurídico. Por isso, é mais do que justo e merecido outorgar-lhes esta que é a mais alta honraria concedida pelo Poder Legislativo estadual”, frisou o presidente Othelino Neto.

O desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos é natural de São João Batista (MA) e foi nomeado juiz de direito do Poder Judiciário do Maranhão em 1987, tendo atuado nas Comarcas de São Luiz Gonzaga do Maranhão, Viana e Caxias. No ano de 1997, foi promovido para o cargo de juiz auxiliar de São Luís, passando a atuar nos Juizados Especiais, Varas Cíveis e Criminais. Foi promovido para o cargo de juiz titular da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís em 2004.

De 2012 a 2013, José Jorge Figueiredo dos Anjos atuou como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, exercendo, em 2013, o cargo de Ouvidor daquela Corte Eleitoral. Em 2015, figurou pela terceira vez consecutiva na lista tríplice, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Em 13 de dezembro de 2017, foi aclamado desembargador do TJ/MA por já ter figurado por três vezes consecutivas na lista tríplice e ter sido eleito, por merecimento, desembargador substituto, em 2016.

O desembargador possui especialização em Ciências Criminais pela Universidade CEUMA-UNICEUMA e em Direito Constitucional pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB).

Professor Fernando Belfort

O advogado e professor Fernando José Cunha Belfort nasceu em São Luís e formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Maranhão, em 1970. Obteve os títulos de mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2002, e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2008.

Belfort ingressou na magistratura como juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA), em outubro de 1988, indicado pela OAB/MA. Foi o primeiro juiz a ocupar o cargo de presidente e corregedor do referido tribunal. É membro efetivo da Academia Nacional de Direito do Trabalho, da Academia Brasileira de Ciências Políticas, Econômicas e Sociais, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Academia Maranhense de Letras Jurídicas.

Organizações questionam “censura velada” de desembargadores ao retirar juiz que paralisou construção de porto em São Luís (MA)

“Essa decisão abre um precedente bastante perigoso e uma verdadeira censura velada à magistratura maranhense”, afirma documento. A construção do Porto privado de uma empresa chinesa é no Cajueiro, São Luís (MA). No local vive uma comunidade extrativista.

Em nota, coletivo de organizações não governamentais questionou a decisão de grupo de desembargadores que afastou o juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas de Melo Martins, da condução dos processos relativos à construção do porto no Cajueiro, São Luís (MA). Para o grupo de 48 entidades e organizações civis, universitárias e movimentos sociais, “decisão abre um precedente bastante perigoso e uma verdadeira censura velada à magistratura maranhense”.

Em cumprimento ao pedido do Ministério Público do Maranhão (MP-MA), a Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís concedeu liminar em Ação Civil Pública (ACP) para obrigar a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais a paralisar as obras de implantação do Terminal Portuário de São Luís, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil. Quando o juiz Douglas de Melo Martins pediu a paralisação dos serviços realizados pela WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, a decisão apontou como argumentação a retirada da vegetação protegida e irregularidade no licenciamento ambiental da obra. A construção do Porto privado de uma empresa chinesa é no Cajueiro, zona rural de São Luís, capital do Maranhão. No local vive uma comunidade extrativista.

Contudo, desembargadores questionam a suposta imparcialidade do juiz titular que concedeu a decisão. O argumento para desqualificar a interrupção é a participação do magistrado em evento organizado por centrais sindical, além da amizade com defensor público Alberto Tavares de Araújo.

O documento divulgado questiona se “juízes devem manter distância dos movimentos sociais de trabalhadores?”. Foto: divulgação

Para organizações, a retirada do juiz Douglas de Melo Martins, por negar a continuidade da obra, é “dar um recado aos juízes e à sociedade de que só é possível manter relações institucionais com entidades empresariais”. O documento divulgado questiona se “juízes devem manter distância dos movimentos sociais de trabalhadores?”.

“Não há precedente no judiciário de algum juiz ou desembargador ter sido declarado suspeito por ter participado de algum órgão ou entidade com alguma parte ou ter participado de algum evento com entidades de representação de classe empresaria”, pontua o texto. “Uma rápida pesquisa na internet mostra que desembargadores e juízes participam de dezenas de eventos organizados por entidades empresariais, como Fiema, Associação Comercial, Sinduscon e outras. Nenhum jamais foi declarado suspeito por tal motivo”, sustentam as entidades.

Leia a nota na íntegra:

PARA QUEM SERVE A SUSPEIÇÃO DE UM MAGISTRADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO?

Nós, cidadãos, movimentos sociais, populares, culturais, estudantis e sindicais, povos e comunidades tradicionais, associações e uniões de moradores, organizações não-governamentais, grupos de pesquisa universitários, dentre outras organizações da sociedade civil, vimos, através desta Nota Pública, demonstrar nossa surpresa e indignação com a decisão dos Desembargadores Luiz Gonzaga Almeida Filho, Jamil de Miranda Gedeon Neto, Cleonice Silva Freire, Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, Jaime Ferreira de Araújo, Marcelino Chaves Everton e José Joaquim Figueiredo dos Anjos que, a pedido da WPR São Luís Gestão de Portos, afastou o juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas de Melo Martins, da condução dos processos relativos à construção do porto no Cajueiro.

CONTINUE

LEND O

EM <https://www.cimi.org.br/2018/07/entidades-questionam-censura-velada-de-desembargadores-ao-retirar-juiz-que-paralisou-construcao-de-terminal-portuario-em-sao-luis-ma/>

Acusado da morte de Décio Sá, Júnior Bolinha volta a ser preso por extorsão e agiotagem

JUNIOR BOLINHA PRESO POR EXTORSÃO E AGIOTAGEM.

MARANHÃO - A equipe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) cumpriu, na manhã desta quarta-feira (11), mandado de prisão preventiva em desfavor de José Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha, que responde por envolvimento no caso Décio Sá.

Ele, que estava solto desde dezembro de 2017, é apontado, desta vez, por crimes de extorsão e agiotagem. Segundo investigações, Júnior Bolinha emprestou cerca de R\$ 100 mil a um empresário do município de Olho d'Água das Cunhas. Ele chegou a receber uma parte do dinheiro de volta, mas estaria ameaçando o empresário para que devolvesse o restante.

A prisão foi realizada na residência dele, no bairro Araçagi. Júnior Bolinha foi preso preventivamente em 2012, acusado de ser um dos mandantes do assassinato do jornalista Décio Sá.

Judiciário recebe sugestões para elaboração de Metas Nacionais para 2019

12/07/2018 14:30:22

A consulta pública é via web e ficará aberta até o dia 1º de agosto deste ano

O Poder Judiciário está realizando, até o dia 1º de agosto, consulta pública, via web, para o acolhimento de sugestões com vistas à elaboração de Metas Nacionais para 2019. Ao acessar a consulta, o participante - além de opinar - poderá sugerir alterações ou novas propostas de metas em campo específico do [formulário online](#). O preenchimento é simples e rápido.

O objetivo é fazer com que magistrados, servidores, advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público e demais cidadãos tenham a oportunidade de participar da construção das Metas com sugestões e assim contribuir para uma gestão judiciária mais transparente e participativa.

A iniciativa é resultado de um esforço conjunto de 20 Tribunais Estaduais (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, TO e SE), que se uniram para conduzir este processo de Gestão Participativa, no qual os cidadãos, advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público, magistrados e servidores poderão, de forma democrática, emitir suas opiniões e considerações acerca das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o próximo ano.

A Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização (AGEM) do Tribunal de Justiça do Maranhão está envidando esforços para garantir a efetiva participação dos membros dos órgãos do sistema de Justiça e da sociedade em geral para garantir o crescimento institucional e a concretização do princípio participativo no processo.

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com mais eficiência e qualidade.

Organizações da sociedade civil repudiam suspeição de juiz pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para favorecimento de empresa

2018-07-10

Mais de uma centena de organizações entre sindicatos, associações de juristas e de magistrados do Brasil, pesquisadores, produtores culturais, povos e comunidades tradicionais, associações de moradores, comunicadores, ONGs, defensores de direitos humanos, entre outras instituições, divulgaram nesta terça-feira, 10 de julho, nota pública, na qual se dizem “surpresas e indignadas” com a decisão da maioria dos desembargadores das Segundas Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Maranhão que, “a pedido da WPR São Luís Gestão de Portos, afastou o juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas de Melo Martins, da condução dos processos relativos à construção do porto no Cajueiro”.

A nota cita que “não há precedente no Judiciário” para tal caso. Ao contrário: “uma rápida pesquisa na internet most6ra que desembargadores e juizes participam de dezenas de eventos organizados por entidades empresariais, como Fiema, Associação Comercial, Sinduscon, entre outras”, sem jamais terem sido declarados suspeitos por tal motivo.

Confira, a seguir, a íntegra do documento, bem como, ao final, link para baixá-lo em sua versão em pdf, com a lista de todos os signatários até o momento.

Para quem serve a suspeição de um magistrado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão?

Nós, cidadãos, movimentos sociais, populares, culturais, estudantis e sindicais, povos e comunidades tradicionais, associações e uniões de moradores, organizações não-governamentais, grupos de pesquisa universitários, dentre outras organizações da sociedade civil, vimos, através desta Nota Pública, demonstrar nossa surpresa e indignação com a decisão dos Desembargadores Luiz Gonzaga Almeida Filho, Jamil de Miranda Gedeon Neto, Cleonice Silva Freire, Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, Jaime Ferreira de Araújo, Marcelino Chaves Everton e José Joaquim Figueiredo dos Anjos que, a pedido da WPR São Luís Gestão de Portos, afastou o juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas de Melo Martins, da condução dos processos relativos à construção do porto no Cajueiro.

A referida decisão acatou a tese de que o magistrado possui parcialidade ao analisar as causas que tem como parte a empresa WPR por possuir relações de amizade íntima com o Defensor Público Alberto Tavares de Araújo e Silva e com sua esposa Silvana dos Reis Gonçalves de Araújo e Silva.

É fato que Juiz e Defensor foram membros do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos no mesmo mandato e esta seria a prova da amizade íntima entre os dois. Além disso, a imparcialidade do juiz decorreria de sua participação em evento organizado pela Central Sindical e Popular CSP CONLUTAS, esta supostamente contrária à WPR.

Não há precedente no judiciário de algum juiz ou desembargador ter sido declarado suspeito por ter

participado de algum órgão ou entidade com alguma parte ou ter participado de algum evento com entidades de representação de classe empresarial.

Ao contrário: uma rápida pesquisa na internet mostra que desembargadores e juízes participam de dezenas de eventos organizados por entidades empresariais, como Fiema, Associação Comercial, Sinduscon e outras. Nenhum jamais foi declarado suspeito por tal motivo.

Com tal declaração de suspeição o judiciário quer dar um recado aos juízes e à sociedade de que só é possível manter relações institucionais com entidades empresariais e que os juízes devem manter distância dos movimentos sociais de trabalhadores?

Por medida de justiça, se existe proibição de comparecimento a eventos organizados por entidades de trabalhadores, igual proibição deveria vigorar para o convívio institucional também com entidades patronais. Ao que parece, os desembargadores não querem se submeter a tal proibição.

Diante disso, solicitamos que seja revista esta posição do TJ/MA, pois participação de magistrados em eventos, seja da classe patronal ou de trabalhadores, nunca foi motivo para declaração de suspeição e não pode ser apenas neste caso para beneficiar uma empresa.

Essa decisão abre um precedente bastante perigoso e uma verdadeira censura velada à magistratura maranhense.

Assinam:

Agência de Notícias Tambor

Apruma Seção Sindical do Andes Sindicato Nacional

Articulação Nacional de Quilombos - ANQ

Associação Agroecológica Tijupá

Associação Brasileira de Educadores Marxistas - ABEM

Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, Núcleo Maranhão

Associação da Casa das Águas, Taim, Resex Tauá Mirim

Associação de Capoeira Aruandê/Pólo Maiobão/Paço do Lumiar

Associação de Combate aos Poluentes - ACPO

Associação de Defesa do Meio Ambiente - AMAR

Associação de Economia Familiar Povoado Sítio do Meio/Santa Rita/MA

Associação de Moradores do Res.Cajueiro, Paço do Lumiar

Associação de produtores Hortifrutigranjeiro de Tendal Mirim

Associação de Proteção ao Meio Ambiente - APROMAC

Associação dos Produtores Rurais Quilombolas de Santa Rosa dos Pretos

Associação Juízes para a Democracia - AJD

Associação Nacional de Ação Indigenista - ANAI

Associação Quilombola do Cumbe/Aracati - CE

Blog Combate Racismo Ambiental

Cáritas Brasileira Regional Maranhão

CEBs - MA (Comunidades Eclesiais de Base)

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Marcos Passerini - CDMP

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - Cedefes/MG

Centro de Estudos Bíblicos CEBI-MA

Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA

Acusado da morte de Décio Sá é preso por acusação de cobranças e ameaças no interior do Maranhão

O empresário José Raimundo Sales Chaves, conhecido como 'Júnior Bolinha' estaria fazendo cobranças exorbitantes a um homem no município de Olho d'Água das Cunhãs'. Bolinha também responde em liberdade pela morte do jornalista Décio Sá, em 2012.

Por G1 MA, São Luís

11/07/2018 17h43 Atualizado há 18 horas

Empresário Júnior Bolinha é preso em São Luís

A Polícia Civil prendeu na manhã desta quarta-feira (11) o empresário José Raimundo Sales Chaves, conhecido como 'Júnior Bolinha'. Ele chegou algemado a Superintendência Estadual de Investigações Criminais para prestar depoimento, mas será encaminhado para a Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís.

De acordo com o delegado de combate ao crime organizado, Gil Gonçalves, os motivos da prisão são as ameaças a um homem que estaria com uma dívida com Júnior que vem do ano de 2012.

"O senhor Júnior estaria fazendo cobranças exorbitantes desta dívida que ocorrera anos antes. Ele foi até o município de Olho D'água das Cunhãs acompanhado de outras pessoas, ameaçado a pessoa e subtraído a caminhonete como forma de coagí-lo a pagar a dívida. Também foi dado um prazo para a dívida ser quitada", afirmou o delegado.

"Júnior também confirmou que esteve na cidade com outras pessoas, mas estaria acompanhado somente para indicar onde ele seria encontrado porque a dívida teria sido repassada a uma terceira pessoa e as pessoas com ele estariam a mando da terceira pessoa", continuou o delegado Gil.

Outro caso

"Júnior Bolinha" também é acusado de estar envolvido na morte do jornalista Décio Sá, no dia 23 de abril de 2012. Segundo o inquérito policial, ele teria intermediado a contratação do pistoleiro Jhonathan de Sousa Silva pelos mandantes Gláucio Alencar e seu pai, José Miranda.

No dia 14 de dezembro de 2017 o Tribunal de Justiça do Maranhão emitiu alvará de soltura para que ele possa responder ao processo em liberdade. De acordo com a Polícia, a prisão ocorrida nesta quarta (11) não tem ligação com o assassinato do jornalista Décio Sá.

Júnior Bolinha é preso suspeito de extorsão e ameaça

7 minutos atrás

José Raimundo Sales Chaves, o Júnior Bolinha, foi conduzido à Superintendência Estadual de Investigações Criminais nesta quarta-feira (11), em cumprimento a mandado de prisão preventiva. Ele estava em uma casa no bairro Araçagi, na região metropolitana de São Luís.

Bolinha estava solto desde dezembro do ano passado quando, segundo as investigações da polícia, começou a cobrar juros de uma dívida contraída por uma vítima no ano de 2012. Na SEIC, Júnior Bolinha foi ouvido pelo Departamento de Combate a Organizações Criminosas.

Em junho deste ano a nova vítima, um empresário do município Olha D'água das Cunhãs, foi ameaçado de morte e teve o carro roubado. A cobrança chegava a quase 100 mil reais. O carro do empresário ainda não foi localizado e a polícia trabalha para identificar os outros quatro homens envolvidos nos crimes de ameaça e extorsão.

O suspeito teria envolvimento no caso do assassinato do jornalista Décio Sá, morto no ano de 2007 na Avenida Litorânea. De acordo com a polícia, o crime pelo qual Bolinha foi preso nesta quarta-feira não tem ligação com o caso de Décio.

Fonte:MA10

Sindjus-MA cobra reposição de perdas inflacionárias acumuladas em 16,7%

À esquerda, o presidente em exercício do Sindjus-MA, George Ferreira, e o secretário-geral do Sindicato, Márcio Luís Andrade, protocolando o requerimento

A Diretoria do Sindjus-MA protocolou, na manhã desta quinta-feira (12), requerimento ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, cobrando reposição de perdas inflacionárias sobre os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário que, acumuladas desde 2015, já somam o percentual de 16,7%. O documento solicita o pagamento integral do percentual, que corresponde à acumulação de valores atrasados de 2015 e mais as perdas integrais de 2016 e 2017. O Sindicato também requer a inclusão, na proposta orçamentária para o ano de 2019, da previsão de pagamento das perdas inflacionárias do ano de 2018.

O presidente em exercício do Sindjus-MA, George Ferreira, explica que havia um acordo com a Administração do TJMA para que a reposição dos índices acumulados de perdas inflacionárias sobre os salários dos servidores fosse discutida somente a partir do segundo semestre de 2018. Mas enfatiza o prejuízo que os servidores do Poder Judiciário do Maranhão vêm enfrentando com o acúmulo sucessivo de perdas em seus vencimentos por conta da não reposição do índices de inflação.

“Como acordado, fizemos o requerimento somente agora, em julho de 2018 e aguardamos o diálogo com a Administração do Tribunal. É preciso levar em conta que a reposição inflacionária além de atualizar o poder de compra do servidor, seria de fato a valorização do servidor da Justiça de maneira a estimulá-lo a seguir carreira no Judiciário”, afirmou George Ferreira.

A reposição inflacionária de 6,3%, referente ao ano de 2014, só foi acrescida aos vencimentos, por meio de Projeto de Lei, em 2017. Em 2015, a inflação chegou a 10,67%, mas os servidores obtiveram somente 5% de reposição, a qual foi implantada na folha de pagamento somente a partir de janeiro de 2018, restando ainda perda de 5,67%. E a inflação acumulada em 6,29%, em 2016, não foi acrescentada aos vencimentos em nenhum momento. O mesmo se deu em relação ao ano passado, quando a inflação fechou em 3,90%, índice que acabou somando-se às perdas anteriores. A demora para adoção de providências para reposição inflacionária resultou na desvalorização dos vencimentos nos anos seguintes.

“Observamos que o índice acumulado alcança o percentual de 16,70% de perdas salariais, o que constitui uma desvalorização significativa do vencimento dos servidores. Esse prejuízo é sentido diariamente pelo servidor da Justiça na execução do seu orçamento familiar”, ressaltou o secretário-geral do Sindjus-MA, Márcio Luís Andrade.

Sete anos na carreira

Caso fosse aplicado o percentual de 16,7% aos vencimentos atuais dos servidores da Justiça, o reajuste corresponderia a uma salto na carreira do nível A1 (inicial) ao B7 (após sete anos). Por exemplo, um auxiliar operacional tem salário base inicial, nível A1, de R\$ 1.800,47. Caso recebesse o reajuste de 16,7%, ele passaria a ganhar R\$ 2.214,35, praticamente o mesmo que um auxiliar operacional de nível B7 recebe hoje. “Esse atraso de seis níveis de progressão/promoção em desenvolvimento na carreira importa em aproximadamente sete anos de espera para atingir tal ganho salarial. Não há dúvidas de que o Tribunal precisa atualizar essas perdas que

corroem o vencimento do servidor”, afirma o presidente em exercício do Sindjus-MA, George Ferreira.

O Departamento Jurídico do Sindjus-MA fundamentou o requerimento nos princípios constitucionais da irredutibilidade dos vencimentos e da obrigatoriedade de revisão geral anual (conforme o Artigo 37 da Constituição Federal). A forma de corrigir essa distorção seria alinhar a tabela salarial aplicando o reajuste/fixação do percentual defasado ao longo desses três anos.